LEI Nº 7.638, DE 20 DE SETEMBRO DE 2024

Dispõe sobre a publicidade de informações relacionadas às emendas impositivas dos vereadores e às emendas parlamentares que destinam recursos ao Município de Betim.

A Câmara Municipal de Betim, por seus representantes, aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo obrigado a disponibilizar semestralmente, no site da Prefeitura, de forma clara e de fácil acesso ao cidadão, à relação das Emendas Impositivas aprovadas pelo Poder Legislativo Municipal, assim como das Emendas Parlamentares de origem Federal e Estadual que tenham sido recebidas pelo Município de Betim.

Parágrafo único. O Poder Executivo deverá manter atualizadas as informações relacionadas às emendas, sendo mensalmente as relacionadas às emendas impositivas e semestralmente as relacionadas às emendas parlamentares de origem federal e estadual.

Art. 2º Sobre a relação das emendas deverá ser informado, de forma individualizada:

- I - o dispositivo legal que originou o recurso público, e o parlamentar que fez a indicação;
- II - o valor nominal em moeda corrente nacional do recurso público aprovado pela norma;
- III - o objetivo ou destinação da verba pública prevista no instrumento normativo aprovado e o local, se determinado;
- IV - a situação da execução da emenda (recebida, iniciada, em execução, concluída ou devolvida) e respectiva justificativa, conforme fase da mesma;
- V - a previsão de conclusão da execução dos objetivos previstos para cada uma das emendas parlamentares recebidas.

Art. 3º As emendas em que o prazo de execução se estenda por mais de um exercício, deverão constar nas relações dos exercícios subsequentes até a conclusão dos trabalhos a que se destinam.

Art. 4º Todas as inaugurações de obras públicas e aquisições de bens públicos municipais, em suas placas, deverão constar os autores e valores de emendas parlamentares.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Betim, 20 de setembro de 2024.

Vittorio Medioli
Prefeito Municipal

Joab Ribeiro Costa
Procurador-Geral do Município

(Originária do Projeto de Lei nº 271/2023, de autoria do Vereador Kleber Eduardo de Sousa Rezende – Klebinho Rezende)

Este texto não substitui o publicado no Órgão Oficial de Betim nº 2969, de 24/09/2024.